

## DESGASTE - PÁGINA 7

Após um mês, governo do Estado responde ofício sobre venda da folha de pagamento

## POR UNANIMIDADE - PÁGINA 3

Piso de 20 horas na REME: Professores rejeitam contraproposta da Prefeitura



## ELEIÇÕES 2018

# Fórum dos Servidores Públicos vai debater pré-candidaturas



O Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul – que tem protagonizado grandes mobilizações contra a retirada de direitos dos servidores – vai debater com vários sindicatos e associações pré-candidaturas de integrantes do movimento sindical para a disputa da eleição 2018. Alguns sindicalistas já estão colocando seus nomes à disposição para representar a classe nestas eleições. **Página 5**

## XIV CONFEIPOL - PÁGINA 6

Presidente do Sinpol-MS é eleito vice-presidente da Feipol Centro-Oeste

## AV. MATO GROSSO - PÁGINA 4

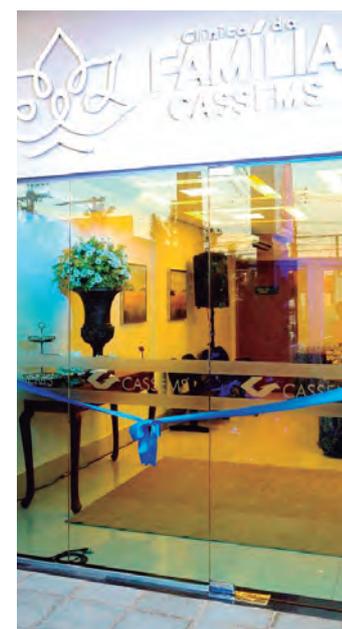
Dirigentes do Sintss-MS participam de lançamento da nova agência do Sicoob

## NEM O FACEBOOK ACREDITOU - PÁGINA 2

Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado recebe R\$ 158,2 mil em um mês

## CASSEMS - PÁGINA 6

Clínica da Família é alternativa para a superlotação de pronto atendimento infantil



# Conselheiro do TCE ganha R\$ 158,2 mil em um mês, valor que trabalhador só receberia em 13 anos

II O Facebook não acreditou que o Tribunal de Contas do Estado pagou R\$ 158,2 mil de salário em fevereiro a um conselheiro, já que o valor equivale ao ganho de um trabalhador comum em 13 anos. Já a OAB/MS (Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Mato Grosso do Sul) vê irregularidade, porque o pagamento é superior ao teto previsto para o servidor público estadual: R\$ 30.471,11.

Edivaldo Bitencourt  
www.ojacare.com.br

Ao ver a notícia publicada pelo O Jacaré na segunda-feira, os técnicos a classificaram como Fakenews (notícias falsas). Afinal, em qualquer país civilizado do mundo, o poder público não desembolsa em um único mês o valor equivalente a 165 salários mínimos, quantia que operário só acumularia após 13 anos consecutivos de trabalho.

Só após 48 horas de análise, a empresa se convenceu de que a notícia não era sensacionalista nem falsa. O mais grave, para infelicidade do povo brasileiro, houve o pagamento do super-salário.

O TCE pagou R\$ 158,2 mil ao conselheiro Osmar Domingues Jeronimo, que assumiu o cargo em dezembro de 2014.



OAB pediu explicações ao presidente do TCE, conselheiro Wadir Neves, sobre o pagamento de salários acima do teto

Ele teve R\$ 30,4 mil de salário base e mais R\$ 127,7 mil referente a outros pagamentos legais e judiciais.

O segundo maior valor foi pago ao conselheiro Flávio Esgaib Kayatt, empossado no final do ano passado. O ex-deputado do PSDB ganhou R\$ 139,1 mil, sendo R\$ 30,4 mil de vencimento base e R\$ 108,6 mil de acréscimos provenientes de decisões legais ou judiciais.

O Jacaré tinha divulgado que o conselheiro Jerson Domingos tinha recebido apenas R\$ 30,4 mil. No entanto, a informação omitiu o pagamento de R\$ 39.612,44. De fato, o ex-presidente da Assembleia Legislativa recebeu R\$ 70.083,55 em fevereiro deste ano.

A divulgação dos valores surpreendeu a OAB/MS, porque chegam a ser cinco vezes superior ao teto previsto em lei para o funcionalismo público estadual. O maior valor deveria ser R\$ 30,4 mil,

que é o salário pago ao governador do Estado. Reinaldo Azambuja (PSDB) recebe metade, porque ao assumir em 1º de janeiro de 2015, abriu mão de 50% para dar exemplo de austeri-

dade.

Só que a lei não parece ser seguida ao pé da letra pelo Tribunal de Contas, que deveria dar o exemplo no zelo da coisa pública.

O presidente da Ordem, advogado Mansour Elias Karmouche, enviou ofício à corte fiscal cobrando explicações sobre o pagamento de salários acima do teto.

É a primeira vez que o TCE cumpre a Lei do Acesso à Informação, sancionada em 2011 pela presidente Dilma Rousseff (PT), que determina a divulgação nominal dos salários dos servidores.

O Governo do Estado, Ministério Público Estadual e Tribunal de Justiça já cumprem a legislação federal. No entanto, a Assembleia Legislativa ainda ignora, solenemente, as determinações federais para ter maior transparência na aplicação dos recursos públicos.



Presidente da OAB pede explicações sobre salário que foi considerado notícia falsa pelo Facebook

# Piso de 20 horas na REME - Professores rejeitam contraproposta da Prefeitura

Os profissionais da educação da REME rejeitaram, por unanimidade, a contraproposta apresentada pela prefeitura para a correção do Piso 20h 2018. A votação aconteceu na tarde de terça-feira (17), durante Assembleia Geral Extraordinária realizada na sede do sindicato.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

Após conhecer e debater o teor da contraproposta de correção do Piso Nacional 2018, de 6,81%, dividido de maio a dezembro, os professores avaliaram que a prefeitura não contemplava a demanda da categoria,

por não mencionar, no documento, uma política de integralização total do Piso 20h.

“O Piso 20h está previsto na Lei Municipal 5.411/14 e o prefeito Marcos Trad firmou compromisso com a categoria em cumprir a legislação. Portanto, ao citar apenas a correção de 2018 e ignorar a integralização do passivo de cerca de 18% para implantação do Piso Nacional ao Piso Municipal, a contraproposta não atende o acordo firmado entre ACP e Prefeitura nas tratativas de 2017”, explica o presidente da ACP, Lucílio Souza Nobre.

Após rejeitar a contra-

posta da prefeitura, os professores aprovaram uma nova contraproposta, que foi protocolada pelo sindicato na quarta-feira (18). A direção da ACP aguarda, em caráter de urgência, uma audiência com a prefeitura para seguir com as tratativas referentes à política salarial Piso 20h.

“Convocamos a categoria para estar atenta ao nosso chamado e sempre mobilizada para cobrar nossos direitos. Assim que a prefeitura responder ao nosso ofício, informaremos os filiados e uma Assembleia Geral pode ser convocada a qualquer momento”, finaliza Nobre.

## VEJA OS DETALHES DA PROPOSTA DA PREFEITURA

# 6,81%

Correção do valor do Piso Nacional 2018, parcelado de maio a dezembro.

Contraproposta apresentada pela Prefeitura, no dia 17 de abril



0,50%

MAIO

0,50%

JULHO

0,50%

SETEMBRO

0,50%

NOVEMBRO

4,81%

DEZEMBRO

# PARA Eleições Diretores Reme



# JÁ

Gestão Democrática  
- AGORA É A REME -

# Dirigentes do Sintss-MS participam de lançamento da nova agência do Sicoob

II Na manhã de quinta-feira (19), foi realizada uma cerimônia de lançamento da nova agência do Sicoob-Cocresul, localizado na Avenida Mato Grosso, no bairro Santa Fé, em Campo Grande.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

O novo local conta com agradáveis instalações para o atendimento dos associados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários e Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul, integrante do sistema Sicoob.

Para o presidente do Sintss-MS, Ricardo Bueno, “hoje foi a concretização de uma importante fase deste empreendimento. O SintssMS é pioneiro neste processo e acredita nas potencialidades do Sicoob-Cocresul. Nós fomos pra lá em 2012, observamos que a cooperativa estava há pelo menos 20 anos estagnada, com apenas 2 funcionários, agora já são 17 trabalhadores atuando, atendendo melhor os correntistas, com uma melhor estrutura”.

Ainda segundo Bueno, “não tem sentido o servidor público continuar nos bancos com suas taxas absurdas, eles são verdadeiros usurpadores



Dirigentes do Sintss-MS e da Cassems prestigiaram a inauguração

do dinheiro público. As taxas do Sicoob-Cocresul são muito baixas, além disso, a gestão da cooperativa é nossa, pertence aos trabalhadores e isso faz toda a diferença”, concluiu o dirigente.

Conforme José Aparecido de Lima, dirigente do SintssMS e membro do Conselho Fiscal do Sicoob-Cocresul, “hoje a Cooperativa é algo real, é um banco do servidor, tal qual a Cassems, que é um plano de saúde do servidor público estadual. Os trabalhadores precisam conhecer o Sicoob-Cocresul para entender que este é o melhor local para investir

o seu dinheiro. Na cooperativa nós temos taxas competitivas, abaixo até do valor de mercado, como por exemplo no consignado”, disse.

Ainda segundo José de Lima, “ao se associar, o servidor estará contribuindo para o crescimento da Cooperativa, que detém um sistema de distribuição de seus lucros de forma proporcional aos investimentos de seus associados. Desta forma, o associado não é apenas um correntista, ele passa a ser dono de seu próprio banco. Invista no que é seu, eu sou Sicoob-Cocresul”, concluiu.



## Cooperativa

O Sicoob é o maior sistema financeiro cooperativo do País, com mais de 4 milhões de cooperados, 2,6 mil pontos de atendimento, distribuídos em todo Brasil. É composto por cooperativas financeiras e empresas de apoio, que em conjunto oferecem aos cooperados serviços de conta corrente, crédito, investimento, cartões, previdência, consórcio, seguros, cobrança bancária, meios eletrônicos de pagamento, dentre outros. Ou seja, tem todos os produtos e serviços bancários, mas não é banco. É uma cooperativa financeira,

onde os clientes são os donos e por isso os resultados financeiros são divididos entre os cooperados.

Os depósitos em cooperativas financeiras têm a proteção do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). Esse fundo garante os depósitos e os créditos mantidos nas cooperativas singulares de crédito e nos bancos cooperativos em caso de intervenção ou liquidação extrajudicial dessas instituições. Atualmente, o valor limite dessa proteção é o mesmo em vigor para os depositan-

tes dos bancos. Atualmente Wanderley Ben Hur é o presidente da Cocresul (Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários e Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul), que também tem como diretora executiva a professora Elza Jorge.

Estiveram presentes neste ato Ricardo Ayache, presidente da Cassems, Jaime Teixeira, presidente da FETEMS, Sueli Veiga, dirigente nacional da CUT e vice-presidenta FETEMS, e Antônio Carlos Biffi, ex-deputado federal.

# Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul vai debater pré-candidaturas para eleição 2018



Vice-presidente do SINDIJUS-MS, Fabiano Reis

|| Nos últimos anos, por muitas vezes, o funcionalismo público de Mato Grosso do Sul esteve sem representatividade política na luta pelos anseios dos trabalhadores na Assembleia Legislativa. Surgindo então, o clamor dos servidores públicos em ter representantes que possam defender de fato seus direitos na Casa de Leis e consequentemente frente ao executivo estadual.

Dessa forma, o Fórum

dos Servidores Públicos — que tem protagonizado grandes mobilizações contra a retirada de direitos dos servidores — vai debater com vários sindicatos e associações pré-candidaturas de integrantes do movimento sindical para a disputa da eleição 2018. Alguns sindicalistas estão colocando seus nomes à disposição para representar a classe nestas eleições

## PRÉ-CANDIDATOS

Até o momento, três coordenadores demons-

traram intenção de lançar pré-candidatura. A começar pelo coordenador-geral do Fórum e vice-presidente do SINDIJUS-MS, Fabiano Reis, como pré-candidato a deputado estadual. Se colocaram à disposição como pré-candidatos a deputados federais o presidente do Sinpol-MS Giancarlo Miranda e o presidente da ABS-S-MS, tenente Thiago Mônaco.

“Como coordenador-

geral do Fórum dos Servidores Públicos me coloco à disposição do servidor público para juntos fazermos um debate e construirmos um projeto de representatividade que defenda os interesses do funcionalismo estadual. Ao mesmo tempo que proporcione à população um serviço público de melhor qualidade, que hoje infelizmente está prejudicado pela falta de estrutura que os servidores enfrentam.



Presidente do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda

## Bancada forte

“Com tamanha falta de compromisso dos atuais representantes políticos com o servidor público e a sociedade, o Fórum dos Servidores Públicos tem capacidade de apresentar uma bancada forte para chapa proporcional — deputados estaduais e federais — na eleições gerais deste ano, pois convive diretamente com os principais problemas na rotina do trabalhador e da população que sofre com a falta de investimentos”, analisou o presidente do Sinpol-MS Giancarlo Miranda.

Atualmente, os coordenadores do Fórum dos Servidores têm levanta-

do as principais demandas das categorias — da área da saúde, educação, segurança pública e administrativa.

“Nós como representantes do Fórum dos Servidores temos condição de lutar pelos anseios dos servidores de cada área do funcionalismo público, pois acompanhamos de perto as dificuldades dos trabalhadores e da população. Por isso, ressaltamos a importância de se votar em quem é do segmento, já que a maioria dos atuais deputados não representam”. Ressaltou Thiago Mônaco Marques, um dos coordenadores do Fórum.

## Descontentamento

Um dos principais descontentamentos com a classe política ocorreu em virtude da falta de compromisso e diálogo que o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) e sua bancada têm com os trabalhadores, em que quatro anos de governo deu apenas a reposição pífia de 6,07% nos salários dos servidores, com defasagem salarial acima dos 20% de perda, referente aos últimos quatro anos.

Como justificativa da sua falta de gerência alegou as promoções dos servidores, no entanto, promoção não é reajuste de salário, essa é uma garantia de todo servidor efetivo, não podendo ser computada como au-

mento, porque faz parte da carreira do servidor e não atinge os aposentados, que é a categoria que mais amargou prejuízo.

Além disso, na sua campanha, Azambuja e seus aliados fizeram compromisso público de ajudar o Plano de Cargos e Carreira de muitas categorias, o que também não aconteceu. Pelo contrário, para compensar seus aliados Azambuja contratou número exorbitante de comissionados sem concurso público, causando aumento na folha de pagamento de cerca de 30%. E, depois alegou o limite da Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF) para não reajustar o salário dos servidores.



Presidente da ABSS-MS, tenente Thiago Mônaco

# Presidente do Sinpol-MS é eleito vice-presidente da Feipol no Centro-Oeste

II No sábado (14), durante o XIV Confeipol, o presidente do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda, foi eleito para o cargo de vice-presidente da Federação Interestadual dos Policiais Cíveis da Região Centro-Oeste (Feipol/CON) para o período de 2018-2022. Segundo Giancarlo, a participação do Estado em uma federação é fundamental para avanços na carreira. “Há projetos nacionais que impactam diretamente nos Estados e devemos estar atentos, lutando por nossos direitos”, destacou.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

Atualmente, Giancarlo Miranda é o presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis de Mato Grosso do Sul (Sinpol-MS), diretor jurídico da União Geral dos Trabalhadores de MS (UGT-MS) e conselheiro da Cassems. Ele é bacharel em Direito e pós-graduado em Gestão em Segurança Pública. Em 2004 ingressou na Polícia Civil como escrivão de polícia judiciária, atuando nas delegacias especializadas de Repressão aos Crimes de Homicídios, aos Crimes Contra as Relações de Consumo, de Roubos e Furtos.



Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis de Mato Grosso do Sul, Giancarlo Miranda



## Para nova diretoria, também foram escolhidos outros membros de Mato Grosso do Sul:

Jaime Martinelli – primeiro secretário  
Amaury Pontes – primeiro financeiro  
Max Dourado – primeiro jurídico  
Alexandre Barbosa – Parlamentar  
Israel Bogarim – segundo formação e relações intersindicais  
Rildo Maranhão – Assuntos trabalhistas, previdenciários, aposentadorias e pensões  
Hedyl Marcos Benzi Filho – segundo direitos humanos e cidadania  
Edmilson da Silva – segundo social, saúde e bem-estar  
Wilson Xavier Paiva – Habitação e cooperativismo  
Rubens Cyles Pereira – presidente do conselho fiscal  
Antônio Bianco Neto – membro do conselho fiscal  
Adenir Augusto Ferreira – membro do conselho fiscal

## SAÚDE

### Clínica da Família é alternativa para a superlotação de pronto atendimento infantil

Com a chegada do outono e do inverno aumentam os casos de doenças respiratórias e, conseqüentemente, sobrecarregam as unidades de atendimento, como o Hospital Cassems de Campo Grande. Diante dessa situação, a Caixa dos Servidores alerta seus beneficiários para a necessidade de, antes de se deslocarem até a unidade hospitalar, procurarem alternativas de atendimento para os casos que não são de urgência e emergência, como a Clínica da Família (CFAM), estrutura apta a atender essa demanda, com pediatras, clínicos gerais, coleta de exames e sala de inalação.

A CFAM conta com uma equipe médica composta por oito pediatras, três neuropediatras, um alergologista/pediatra, um infectologista/pediatra, 11 clínicos gerais e três geriatras, além de uma equipe multidisciplinar com fonoaudiólogo, nutricionista, psicólogo, fisioterapeuta e assistente social. A sala de inalação funciona de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h. A coleta de exames laboratoriais acontece de segunda a sexta-feira, das 7h às 9h.

**CLÍNICA DA FAMÍLIA**  
A Cassems inaugurou a Clínica da Família (CFAM) em outubro de 2017, uma estrutura moderna, com espaços projetados para acolher com conforto e segurança seus beneficiários. A CFAM foi implantada para cuidar da família de forma integral, desde a primeira infância até a melhor idade.

A Clínica da Família está instalada em um prédio de três andares, com ambientes planejados para que o beneficiário seja atendido com conforto e qualidade. A CFAM possui sete consultórios pediátricos, sete consultórios para adulto, brinquedoteca, sala de inalação e sala de coleta de exames laboratoriais.



Todo ano nessa época acontece um aumento significativo de doenças respiratórias que afetam principalmente as crianças

# Após mais de um mês, e findada negociação salarial, governo do Estado responde ofício sobre venda da folha de pagamento

II Na quinta-feira (19), o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul respondeu o ofício do Fórum dos Servidores Públicos referente à venda da folha de pagamento do funcionalismo público – que movimenta cerca de R\$ 462 milhões mensais – após mais de um mês do recebimento do ofício.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

Além disso, no ofício do Fórum dos Servidores Públicos, protocolado no dia 10 de março, os coordenadores solicitaram pela negociação salarial 2018, sendo que até então o governo ainda não tinha recebido as categorias para discussão de reajuste. Sendo aprovado neste mês, sem discussão com os dirigentes sindicais, o reajuste de apenas 3,04% aos servidores estaduais.



Representantes do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul

Em resposta, o governador comunicou que “até o mês de outubro de 2018 está em vigência contrato entre o Estado e o Banco do Brasil S.A, sendo esta a instituição financeira oficial, atualmente, para gerir folha de pagamento de servidores públicos desta Administração Pública Estadual. Afirmo, ainda, que não há qualquer interesse do Estado em rescindir unilateralmente o referido instrumento contratual até o final de sua vigência”, descreveu.

## Sem resposta

O governo Azambuja é conhecido pela falta de diálogo, que impõe as definições referentes à vida do trabalhador, e muito menos responde aos inúmeros ofícios protocolados pelos coordenadores do Fórum, que ainda estão sem resposta.

“Estamos de olho nas ações do Governo do Esta-

do, pois nós como representantes do Fórum dos Servidores Públicos entendemos que é obrigação de nossos administradores que prestem conta de seus atos, pois dependendo da mudança da instituição financeira muitos servidores do interior serão prejudicados”, ressaltou Fabiano Reis, coordenador-geral do Fórum.

## CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL



O presidente da Associação Beneficente dos Subtenentes, Sargentos e Oficiais oriundos do quadro de Sargentos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Mato Grosso do Sul – ABSSMS – Tenente Thiago Monaco Marques, convoca os associados da entidade para participarem de Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 26 de abril de 2018.

A primeira convocação será às 14h30 e a segunda às 15h.

Entre os assuntos que constam na pauta estão:

- Apreciação e aprovação do balanço financeiro do exercício 2017;
- Deliberação e aprovação do orçamento do exercício 2018;
- Outros assuntos.

A Assembleia Geral Ordinária será realizada na sede da ABSSMS, em Campo Grande – MS, localizada na Rua Senador Queiroz, nº 1247, Jd. Leblon.

Para mais informações, entre em contato pelo telefone (67) 3027-1434.

**QUADROS PLACAS DECORATIVAS ARTESANAIS**

- ✓ Fabricado em MDF espessura 3mm
- ✓ Impressão de alta qualidade
- ✓ Acompanha fita dupla face já fixada no quadro
- ✓ Acabamento verniz fosco
- ✓ Maior resistência a umidade e ao mofo.

**PROMOÇÃO**  
**FORMATO**  
27X19cm  
(horizontal ou vertical) **R\$ 15,00**

Atendimento via WhatsApp  
**99104-2489**

# Reinaldo Azambuja intervém em ação para ajudar ‘amigo’ citado pela JBS a desmatar o Pantanal

II O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) decidiu intervir na ação judicial para ajudar o pecuarista Élvio Rodrigues, citado na delação premiada da JBS, a desmatar 20.526 hectares no Pantanal. Graças ao pedido da Procuradoria Geral do Estado, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Divoncir Schreiner Maran, suspendeu a liminar e autorizou o desmatamento, que pode causar uma tragédia na maior planície alagada do mundo.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

Dono da Fazenda Santa Mônica, no Pantanal de Corumbá, Élvio quer destruir a vegetação natural de uma área equivalente à cidade de Campo Grande, conforme estimativa do MPE (Ministério Público Estadual). E pior, a retirada da área de 26 por 11,7 quilômetros vai destruir corredores ecológicos essenciais para a manutenção da fauna e flora pantaneira, segundo o procurador geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos.

Conforme cálculos da Embrapa, os danos ao meio ambiente podem chegar a R\$ 1,2 bilhão, considerando-se o cálculo de US\$ 17,4 mil por hectare. Há o risco de ser uma tragédia ambiental

## Propina

O Governo estadual concedeu licença ilegal para desmatar 20,5 mil hectares no Pantanal ao pecuarista Élvio Rodrigues, que é citado na delação premiada da JBS, homologada em maio deste ano pelo Supremo Tribunal Federal. Ele é acusado de emitir R\$ 7,6 milhões em notas fiscais frias para “esquentar” o pagamento de propinas ao governador Reinaldo Azambuja (PSDB).

No dia 24 de outubro passado, a Justiça concedeu liminar para anular a autorização ambiental 232/2017, do Imasul (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul). O órgão estadual ignorou o Código Florestal, a Lei Estadual 3.839/2009 (do Zoneamento Ecológico Econômico), a Lei Federal 6.938/1981 e a Resolução 303 do Conselho Nacional de Meio Ambiente.

sem precedentes na história de Mato Grosso do Sul.

O casal Élvio e Sônia Oliveira Rodrigues, assim como Reinaldo, é de Maracaju e defendido pelo mesmo escritório de advocacia do governador, o de Gustavo Passarelli.

O pecuarista foi citado na delação da JBS, homologada pelo Supremo Tribunal Federal em maio do ano passado e investigada pelo Superior Tribunal de Justiça. Ele é acusado pela empresa de ter emitido R\$ 7,6 milhões em notas frias para “esquentar” o pagamento de propina ao tucano. No total, o grupo acusa o pagamento de R\$ 38,4 milhões em propinas ao

governador. Reinaldo nega a denúncia e se diz vítima de chefes de facção criminosa.

No ano passado, o Imasul (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul) emitiu licença ambiental autorizando Élvio a desmatar 20.526 hectares na região pantaneira. No entanto, em 24 de outubro de 2017, a Justiça concedeu liminar para anular a autorização ambiental 232/2017, porque o órgão estadual ignorou o Código Florestal, a Lei Estadual 3.839/2009 (do Zoneamento Ecológico Econômico), a Lei Federal 6.938/1981 e a Resolução 303 do Conselho Nacional de Meio Ambiente.



Azambuja decidiu intervir em ação judicial para ajudar o pecuarista Élvio Rodrigues

Rodrigues recorreu ao Tribunal de Justiça para suspender a liminar. No entanto, segundo o Correio do Estado, o desembargador Fernando Mauro Moreira manteve a decisão de primeira instância.

Para ajudar o “amigo”, o governador recorreu ao procurador-geral do Estado, Adalberto Neves Miranda, que alegou o risco de graves prejuízos à ordem e economia públicas. Ele estimou prejuízo de R\$ 7 milhões aos cofres estaduais com a suspensão das taxas pagas ao órgão ambiental.

O presidente do TJ acatou o pedido e suspendeu a liminar em meados de março deste ano.

O chefe do MPE ingressou com agravo interno na esperança de evitar a tragédia no Pantanal.

Passos rebate a tese de grave risco aos cofres públicos. Ele frisa que a manutenção do desmatamento pode causar “danos irreversíveis ao patrimônio ambiental”. O Pantanal é considerado patrimônio da humanidade.

Ele diz que a perda de arrecadação alegada pelo procurador é “hipotética”, “improvável” e “mera conjectura”.

O recurso do MPE ainda não foi julgado pelo presidente do Tribunal de Justiça, que ainda tem o poder de evitar a tragédia ambiental alegada pela procuradoria.

O mais grave, segundo a promotora Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina, é que o desmatamento vai atingir as cordilheiras, áreas mais altas e que servem de abrigo para animais silvestres

e o rebanho bovino durante o período de alagamento. O desmatamento também poderá proliferar os incêndios ambientais.

Só para se ter ainda a dimensão do tamanho, a área desmatada seria suficiente para assentar 2,2 mil famílias, considerando-se o tamanho de 9 hectares dados pelo Incra para cada assentado.

Paulo Cezar dos Passos sinaliza que a batalha só está no começo. Em caso de comprovado o crime ambiental, o MPE poderá ingressar com ação de danos para cobrar a reparação.

Espera-se que o governador esteja agindo em defesa do interesse público, como alega, porque está colocando em risco o patrimônio natural da humanidade.